

SEMÂNTICA EM “NOÇÕES DE GRAMMATICA”, DE MENEZES VIEIRA (1897), EM UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Aliny Cristina Pereira de Oliveira (UEMASUL)

RESUMO

Este trabalho procura refletir sobre o processo do ensino da Língua Portuguesa, em especial o ensino da Semântica, na segunda metade do século XIX. Para tanto, tomamos como *corpus* a obra “Noções de Grammatica”, de Menezes Vieira (1897), com embasamento teórico na Historiografia Linguística, conforme os três princípios básicos de Köerner (1996): a *Contextualização*, *Imanência* e *Adequação*. Assim sendo, para a *Adequação*, utilizaremos a “Gramática Escolar da Língua Portuguesa”, de Evanildo Bechara (2010), e, para a análise, serão privilegiados três aspectos: a Introdução, a Organização e a Semântica, a fim de contribuir para o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, particularmente, em Imperatriz/MA.

Palavras-Chave: Historiografia Linguística, Língua Portuguesa, Semântica.

INTRODUÇÃO

No presente projeto de pesquisa faz-se um breve Histórico sobre Historiografia Linguística, sendo uma das ciências de suma importância para os estudos da Língua Portuguesa. Percebe-se que a língua é um conjunto de acontecimentos anteriores da sociedade, uma ferramenta de comunicação para o ensino de qualquer ciência e da qual não se deve deixar de resgatar de uma geração antiga o seu contexto histórico, social e cultural.

Este trabalho procura refletir sobre o Ensino da Semântica no Brasil na segunda metade do século XIX, com base na obra *Noções de Grammatica*, de Menezes Vieira, de 1897. Será traçado um percurso historiográfico sobre o ensino na Língua Portuguesa, conforme os três princípios básicos de Koerner (1996): *Contextualização* que traça o contexto histórico da época; *Imanência* que analisa o texto do modo filológico, histórico e Global; *Adequação* que faz um reconhecimento da obra do passado com a moderna.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho será utilizado fontes teóricas acerca da Historiografia Linguística, tendo como metodologia os três princípios de Koerner (1996):

- a *contextualização*, que realiza uma investigação acerca do contexto histórico, social e cultural;
- a *imanência*, que faz uma compreensão dos textos de modo filológico, histórico e cultural;
- a *adequação*, que realiza um reconhecimento das técnicas do vocabulário da obra passada com a moderna.

Dessa maneira, a pesquisa tem como *corpus* *Noções de Grammatica*, de Menezes Vieira, publicada em 1897, além da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara, de 2009, utilizada na *Adequação*, de acordo com os procedimentos de:

- Apresentação dos conceitos de Historiografia Linguística e Semântica;
- Identificação do percurso historiográfico político, econômico, social e educacional do período;
- Exposição da produção do fazer linguístico no século XIX;
- Descrição do *corpus*;
- Análise das obras selecionadas nos aspectos da Introdução, Organização e Semântica;
- Reflexão sobre o ensino da Semântica nos séculos XIX e XXI, de acordo com as obras analisadas;

DESENVOLVIMENTO

Percurso Historiográfico

O estudo que se preocupa com o contexto linguístico no decorrer do tempo é a Historiografia Linguística (HL). É considerada uma disciplina que auxilia a Língua Portuguesa por meio de pesquisas, conhecimentos históricos, políticos e cultural. A historiografia como disciplina tem como objetivos descrever e explicar como se desenvolveu o conhecimento linguístico em termos sociais e culturais por meio do tempo (ALTMAN apud BASTOS, 2004, p. 25).

O que se pode evidenciar é que a Historiografia Linguística estuda sob o prisma historiográfico, por meio de pesquisa e registro de documento. A língua, também, é considerada como objeto historiográfico por causa da ótica de sua gramática. Para que a HL faça uma abordagem histórica da língua é preciso que exista uma teoria para realização dos seus estudos.

A Historiografia Linguística surgiu na França, a partir do movimento realizado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1930. Eles trouxeram conceito que contribuiu para a historiografia. Esses estudiosos romperam com o tradicionalismo e, com isto, surge um novo paradigma que resgata uma história para aproximá-la do povo. Fundaram a *Escola dos Annales* que simbolizava uma nova corrente historiográfica. A Escola foi muito impactante e renovadora, colocando em questionamento a historiografia tradicional e apresentando elementos para o conhecimento da sociedade. A outra novidade foi da interdisciplinaridade que aproximou a história com outras ciências, como, a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia.

De acordo com Burke (1991, p. 11) em relação à *Escola dos Annales*:

A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista que criou e excitou entusiasmos com muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas históricas políticas. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a psicologia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.

Com essa ideia, a historiografia passa a ser mais coletiva com uma nova visão de como analisar, historicamente, os acontecimentos com a participação de outras disciplinas.

A *Escola dos Annales* contribuiu, significativamente, para a historiografia por meio de seus autores. Marc Bloch e Lucien Febvre realizaram um novo paradigma que olhava de forma significativa para os contextos históricos, voltados para a sociedade e, principalmente, para o linguístico. No decorrer desse percurso histórico sobre historiografia, se faz necessário, também, apresentar a metodologia para a realização da HL. Os principais representantes são Koerner (1996) e Swigger (1991), que enfatizam o quanto é importante entender sobre a HL, porque descreve a história com um novo olhar para, também, resgatar a história linguística. Koerner (1996, p. 45) orienta a dar importância em entender a HL, saber descrevê-la e observá-la como “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseada em princípios científicos”. Com isso, o autor dá ideia de que se deve olhar a história de um jeito novo, resgatando não somente o registro histórico, mas com a história linguística por meio de acontecimentos cotidianos do homem.

Koerner (1996) apresentou alguns métodos para os historiógrafos desenvolverem as suas pesquisas, como: a *Contextualização*, a *Imanência* e a *Adequação* (KOERNER, 1996). O primeiro princípio trata da investigação do contexto histórico, político e social da época. O segundo princípio de *Imanência* que tenta entender o texto linguisticamente e filologicamente. E o terceiro, de *Adequação* que faz uma aproximação do vocabulário técnico do trabalho em estudo com o moderno. Portanto, é necessária a utilização desses métodos para a realização de pesquisas e um direcionamento mais seguro na pesquisa. O historiógrafo, a partir desses três princípios, poderá compreender e explicar as mudanças que ocorreram durante o tempo que é investigado.

Contribuições Históricas do Brasil na Segunda Metade do Século XIX

Durante a segunda metade do século XIX, houve muitas mudanças que foram de suma importância para o campo político, social, cultural no Brasil e, por conseguinte, na forma de ver e entender a nova realidade que estavam vivendo. Com a criação da Constituição 1888, o trabalho escravo estava sendo substituído por assalariado e as fazendas de lavouras crescendo e, além disso, surgindo as primeiras instalações de indústrias. Segundo Furtado (2005, p. 151), “O fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira do último quartel do século XIX foi, sem lugar a dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado”. Nessa perspectiva, a economia vinha crescendo com o aumento de fluxo de renda no país, com a proibição da escravidão e um aumento significativo de imigrante.

No período de 1850 e 1860 ocorreu um surto industrial no Brasil, pois foi durante esses anos que foram inauguradas mais de 70 fábricas que produziam peças de roupas, limpeza e alimentos. Além disso, foram inaugurados, também, bancos, 20 companhias de navegações a vapor, estradas de ferro e empresas de transportes urbanos. Esse período foi um tempo de capitalização para o país que tentava mudar a sua fisionomia e que o Brasil estava se encaminhando para a modernidade (FAUSTO, 1995, p. 114).

As cidades que mais se beneficiaram com a industrialização foram às províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais porque que se tornaram pólo econômico para os colonos. As pessoas se descolavam para estas cidades pela procura de uma vida melhor e digna financeiramente. A vinda para a cidade significava que os filhos de fazendeiros ou latifundiário poderiam estudar em escolas e faculdades e obter status social, como: médico, advogados e jornalistas. Conforme Fausto (1995, p. 156), “[...] A maioria passou às condições de pequenos e médios proprietários, abrindo caminho para que os seus antecedentes viessem a ser figura

central da agroindústria paulista”. Com essa ideia, a industrialização beneficiou bastante a população latifundiária, e as pessoas assalariadas imigravam para outras terras a procura de renda financeira mais estável.

No período de 1960, apareceram as primeiras grandes greves, pois os operariados que tinham condições de trabalho precário tentavam desenvolver uma ação política por meio das greves. Uma das reivindicações foram contra a mão-de-obra infantil e feminina porque eram discriminadas, não havendo nenhuma regulamentação salarial. Outras mobilizações ocorreram em que os “primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho” (FAUSTO apud CARVALHO, 2011, p. 98). Com isso, surgiram os direitos trabalhistas com várias origens e as greves ocorreram de forma lenta e sem atingir todas as regiões do país.

O Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX era uma cidade heterogênea, com mansões e palacetes ao lado de bairros miseráveis. Podiam-se encontrar as últimas novidades de Paris, mas a febre amarela e a varíola, periodicamente, dizimavam a população pobre. Nos bairros operários, havia um padrão de moradia que era conhecido como cortiços que habitavam vários tipos de pessoas e de diferentes raças. Formavam um padrão de pequenas habitações de estilo pobre, monótono e humilde.

Segundo o relatório da 5ª Delegacia de Saúde do Distrito Federal (apud CARVALHO, 2011, p. 96) sobre a cidade do Rio de Janeiro:

Casas escuras, úmidas e velhas acham-se repletas de moradores que aí vivem acumulados em cubículos impróprios, mal arejados e deficientemente iluminados. Tudo aqui ocorre para contrariar a higiene; parecendo que o infeliz recanto esteve de há muito condenado pelos poderes públicos que jamais procuraram atender as necessidades dos seus moradores. [...] Nos morros, então, crescem essas condições de desasseio: aí vê-se lixo em toda parte [...]. Um outro elemento concernente à falta de limpeza é a escassez d'água, que distribuída em quantidade insuficiente, em nada satisfaz as exigências da Pergaminho.

Com essa perspectiva, a vida da população no Rio de Janeiro, naquela época, era desumana e precária. Com todo abandono, os operários tinham o direito de constituir uma greve com intuito de melhoria de vida. sociedade foi desenvolvida por meio dos sofrimentos dos

pobres operários e, que em palacete falava-se francês nas festas de gala, enquanto nos cortiços, a fome e descaso social estavam presentes fazendo um estrago na população.

Em virtude disso, percebemos que o povo vivia insatisfeito com a vida que tinha e, que os pobres eram os que mais sofriam por causa da injustiça por parte da aristocracia e do governo.

Contribuições da Educação do Brasil na Segunda Metade do Século XIX

A sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX, passava por um processo civilizador por causa do crescimento de novas tecnologias e produtos industrializados. Conforme Nogueira (2015, p. 57), “Nesse período, há o predomínio de um intenso sentimento nacionalista causado pela abolição da escravidão, a Independência e a República”. Nessa perspectiva, foi necessária a realização de reformas políticas na educação e em todos os setores da sociedade para influenciar na valorização da educação do país.

O cenário das transformações políticas, econômicas e sociais em curso no Brasil, representadas pelo movimento abolicionista e republicano que visavam à implantação do trabalho livre e do novo regime político, garantiu que a educação ocupasse um lugar central nessas lutas em favor da modernização da nação. Nesse período, ainda, aconselhavam a ensinar de forma religiosa com doutrinas cristã, por meio de cartilhas e o catecismo que existia na época e que durou até o final do século XIX. Segundo Paiva (apud GONÇALVES, 2011, p. 64), os nobres da igreja exerciam um papel fundamental para a educação e que era “Treinar as pessoas a agir de acordo com o plano divino. O proposto pela pedagogia jesuíta era a prática das virtudes, o amor nas virtudes sólidas”. Nesse aspecto, o ensino era uma meta de civilização por meio de costumes religiosos e que a sociedade deveria ser mais obediente a Deus e ao rei, legitimando a monarquia.

Na segunda metade do século XIX é marcada uma época produtiva de realizações na educação do Brasil e, ainda, reservada à corte. Teve a criação da escola primária de ensino obrigatório, laico e gratuito para todas as classes e na organização dos Sistemas Nacionais de Ensino. Sobre as realizações, descreve Nogueira (2015, p. 57):

Dentre tais realizações, verificamos a criação da inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e o estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino, além de um sistema de preparação do professor primário.

Nessa perspectiva, percebe-se que houve a intenção em oferecer o ensino inicial à população brasileira e, também, com intuito de organizar o Sistema Nacional de Ensino. É de suma importância colocar em ênfase que, no século XIX, a preocupação que se tinha acerca da educação era sobre como melhorá-la para que beneficie todas as classes sociais da época. Nogueira (2015, p. 57) destaca o século como período da Educação escolar:

A segunda metade do século XIX é apontada como uma época de férteis realizações na educação, no entanto restrita em sua maioria à Corte, em virtude da lei em vigor. Dentre tais realizações, verificamos a criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e o estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino, além de um sistema de preparação do professor primário.

Com base nisso, os fatos políticos e sociais beneficiaram a educação do Brasil, pois influenciaram um movimento que valorizava o nacionalismo linguístico. E o estabelecimento de normas trouxe uma liberdade de ensino muito significativo, além de um sistema que preparava o professor primário.

O processo que difundiu a Educação do ensino no Brasil refletir com as discussões acerca da preocupação da educação do povo. Mas, nesse período, de acordo com Bastos (apud NOGUEIRA, 2015, p. 56), “o ensino destinava-se, fundamentalmente, às camadas privilegiadas da população, as únicas que tinham acesso assegurado à escolarização”. Em virtude disso, o acesso ao ensino de qualidade estava beneficiando a poucos, pois a classe rica era a minoria na sociedade brasileira no século XIX.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à análise das obras, os autores apresentam semelhança quando objetivam contribuir para o ensino da língua portuguesa. Ambas as obras apresentam teoria gramatical para compreensão da língua materna. Os autores oferecem exercícios voltados à construção de vocabulário e sentido. Além disso, Vieira (1897) segue o modelo de resposta em seus exercícios e Bechara (2010) utiliza encarte de resposta aos exercícios propostos, para facilitar o entendimento dos conteúdos. As obras diferenciam-se no uso de ilustrações, pois Vieira (1897) introduz imagens para facilitar o ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho foi necessário recorrermos a duas fontes primárias, a fim de realizar um confronto entre as ideias dos autores, como o *corpus* a obra “Noções de Grammatica”, de Menezes Vieira (1897), e o manual didático “Gramática Escolar da Língua Portuguesa”, de Evanildo Bechara (2010).

Procuramos refletir sobre o estudo da Semântica no Brasil, na segunda metade do século XIX, no qual abordamos o contexto histórico, político e educacional da época. Trabalhamos os percursos historiográficos, conforme os três princípios básicos de Köerner (1996): *Contextualização*, *Imanência*, e *Adequação*. A partir disso, este trabalho apresentou três aspectos para a análise das obras: **Prefácio**, **Organização** e **Semântica**, a fim de contribuir para o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

Este trabalho torna-se relevante para o professor do Ensino Fundamental, visto que a Historiografia Linguística permite uma pesquisa dos elementos gramaticais, particularmente da semântica, em materiais pedalinguísticos de outras épocas das diversas bibliotecas disponíveis na rede pública de ensino. E, além disso, o professor pode ser incentivado a aprofundar-se nessa linha de pesquisa, a fim de diversificar sua metodologia de ensino-aprendizagem.

Com base nisso, a HL constitui-se em uma linha teórica e metodológica necessária a todo e qualquer pesquisador da linguagem. Além disso, o professor faz uma reflexão acerca do estudo gramatical, abrangendo, dessa forma, o conhecimento linguístico.

Por fim, a nossa pesquisa tem suma importância para o estudo da Semântica da Língua Portuguesa, em virtude que buscamos contribuir para o ensino da Língua portuguesa em Imperatriz/MA, por meio de reflexões sobre o conhecimento linguístico realizado a partir da Historiografia Linguística.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Neusa Barbosa. **O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa** In: BASTOS, Neusa Barbosa (org). **Língua Portuguesa em Calidoscópico** São Paulo: EDUC, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1989 – A Revolução francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. **Vida e Trabalho dos Operários Brasileiros na Passagem do século XIX para o XX.** Patos de Minas: UNIPAM, (2): 95-103. 2011. Disponível em: <http://pergaminho.unipam.edu.br/documents/43440/43863/vida_e_trabalho_dos_operarios_brasileiros.pdf>. Acesso em 10 de Julho 2019.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editeis Nacional, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995.

GONÇALVES, Nadia G. **Constituição Histórica da Educação do Brasil.** Curitiba: Ibpx. 2011.

KOERNER, Konrad. **Questões que persistem em Historiografia Linguística.** In.: ANPOLL, n 2, p. 45-70. 1996.

NOGUEIRA, Sônia Maria. **Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico.** São Luís: EDUEMA, 2015.

VIEIRA, Menezes. **Noções de Grammatica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Companhia, 1897.